

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

SILVIA CRISTINA DOMINGUES MARIANO

**Formação Continuada (EAD) de Educação para a
Diversidade Racial - “GRIÔ”**

**Porto Alegre
2018**

SILVIA CRISTINA DOMINGUES MARIANO

**FORMAÇÃO CONTINUADA (EAD) DE
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE RACIAL
“GRIÔ”**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Mídias na Educação, pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS.

**Orientador(a):
Roberto Franciscatto**

**Porto Alegre
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Vladimir Pinheiro do Nascimento

Diretor do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação: Prof. José Valdeni de Lima

Coordenadora do Curso de Especialização em Mídias na Educação: Profa. Liane Margarida Rockenbach Tarouco

*Dedico este trabalho a todos os que contribuíram
de alguma forma para minha formação.
Mas dedico principalmente aos antepassados,
que contribuíram na minha formação cultural.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que contribuíram de alguma forma nesta jornada, mas principalmente:

- Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Franciscatto e a Tutora Magali Pessini, por toda a paciência e disponibilidade em responder questionamentos e dúvidas.

- A Tutora Liége Barbosa, que sempre incentivou para seguir em frente, mesmo com as diversidades e mazelas do cotidiano.

- A minha família por se fazer presente e apoiar minhas decisões.

- A minha amiga Gilmara que incentivou a escolha do tema, como um sonho que se sonha junto.

- Aos colegas que participaram das amostragens e experimentos.

RESUMO

A inserção das mídias na educação aumentou seu fluxo a partir da consolidação das TICs digitais. Apesar das ferramentas serem cada vez mais eficazes, o espaço educacional ainda não está adequado para o uso eficiente destas ferramentas. A proposta deste trabalho é direcionada ao professor, com a intencionalidade de trazer as discussões das relações étnico culturais a partir do protótipo de Curso EaD. A ideia em si é de incentivar o professor a investir na sua capacitação utilizando-se das mídias digitais. Propiciar a discussão tanto do uso positivo das tecnologias digitais na educação, quanto na elaboração do planejamento, onde amplie o uso consciente das tecnologias digitais em sala de aula, bem como rever a concepção da influência étnico-racial na formação histórico cultural do povo brasileiro, de modo a ressignificar a autoimagem e autoestima, desconstruindo o status quo consolidado pelo relato unilateral da cultura europeia no Brasil. Deste modo na tradição africana a imagem do griô, vem para elucidar a ideia de compartilhamento de saberes através de comunicadores, dantes apenas orais, por educadores que hoje dispõem de um universo extenso de ferramentas de comunicação.

Palavras-chave: EAD, Diversidade Cultural, Lei 10639/2003, Formação Continuada, Griô.

ABSTRACT

The insertion of the media in the education increased its flow from the consolidation of the digital TICs. Although the tools are increasingly effective, the educational space is not yet adequate for the efficient use of these tools. The proposal of this work is directed to the teacher, with the intention of bringing the discussions of ethnic cultural relations from the prototype of the EaD Course. The idea itself is to encourage teachers to invest in their training using digital media. To foster the discussion of both the positive use of digital technologies in education and in the elaboration of planning, in which to expand the conscious use of digital technologies in the classroom, as well as to revise the conception of ethnic-racial influence in the historical cultural formation of the Brazilian people, in order to re-signify self-image and self-esteem, deconstructing the status quo consolidated by the unilateral account of European culture in Brazil. Thus in the African tradition the image of the griot comes to elucidate the idea of sharing knowledge through communicators, once only oral, by educators who today have an extensive universe of communication tools.

Keywords: Distance Education, Cultural Diversity, Law 10639/2003, Continuing Education, Griot.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do curso no formato EAD.....	28
Figura 2 - Gráfico da entrevista – Função na Escola.....	30
Figura 3 - Gráfico da entrevista – Escola pública x privada.....	31
Figura 4 - Gráfico da entrevista – Média da Carga horária dos entrevistados.....	31
Figura 5 - Gráfico da entrevista – Alternância da carga horária entre diferentes escolas.....	32
Figura 6 - Gráfico da entrevista – Tempo de exercício do magistério.....	33
Figura 7 - Gráfico da entrevista – Importância da Lei 10639/2003.....	33
Figura 8 - Gráfico da entrevista – Inserção da Lei10639/2003 no cotidiano escolar.....	34
Figura 9 - Gráfico da entrevista – Iniciativa em aplicar a Lei 10639/2003.....	34
Figura 10 - Gráfico da entrevista – Frequência da aplicabilidade da Lei10.639/2003 no cotidiano escolar.....	35
Figura 11 - Gráfico da entrevista – Formação continuada da aplicabilidade da Lei 10.639/2003	36
Figura 12 - Gráfico da entrevista – Relevância de Formação continuada da aplicabilidade da Lei 10639/2003.....	36
Figura 13 - Gráfico da entrevista – Participação em Curso EAD.....	37
Figura 14 - Gráfico da entrevista – Intensão em participar da Formação Continuada em EAD sobre a aplicabilidade da Lei 10639/2003.....	37
Figura 15 - Formulário de aplicação da Investigação.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mapa de atividades para o curso EAD.....	26
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADDIE	Análise, Desenho, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CNE	Conselho Nacional de Educação
EaD	Educação à Distância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OAs	Objetos de Aprendizagem
ODA	Objetos Digitais de Aprendizagem
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problema.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Educação EaD.....	16
2.2 Formação continuada de professores.....	18
2.3 Aplicação da Lei 10.639/2003.....	19
2.4. Os gêneros e a comunicação oral.....	20
3. METODOLOGIA.....	22
3.1 Recursos digitais.....	22
3.2 Indagação da pesquisa.....	22
3.3 Definição dos termos.....	22
4. TRABALHO DESENVOLVIDO – FORMAÇÃO EAD.....	23
4.1 Análise do curso.....	23
4.1.1 Público alvo.....	23
4.1.2 Tema proposto.....	24
4.1.3. Justificativa.....	24
4.2 Objetivos do curso EaD.....	24
4.2.1 Objetivo Geral.....	24
4.2.2 Objetivos Específicos.....	24
4.3 Designer Instrucional.....	25
4.4 Mapa de Atividades.....	26
4.5 Aplicação do protótipo do curso.....	27
5. ANÁLISES E RESULTADOS OBTIDOS.....	29
5.1 Tipo de pesquisa e sujeitos envolvidos.....	29
5.2 Amostragem.....	29
5.3 Coleta de dados.....	29
5.4 Análise dos dados.....	30
5.4.1. Sobre as análises e estatísticas.....	30
5.5 Análise dos resultados.....	38
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE.....	44

1. INTRODUÇÃO

Para elucidar a escolha do nome “Griô” ao protótipo do projeto é necessário conhecê-los e compreender sua relação com o que é mídia. A mídia, por si só, tem por finalidade propagar informações, conhecimentos. E o que tem a ver com os griôs? Na África em um tempo em que não havia a mídia como a conhecemos hoje, os griôs, revestidos de comunicadores, eram por tradição a forma de mídia, transpassavam pela oralidade as tradições culturais, memórias e informações, dentre idas e vindas percorrendo as aldeias. Hoje com o advento das mídias digitais as aldeias de ampliaram, e os griôs que antes se reuniam em torno de fogueiras para relatar fatos e manter os saberes, foram substituídos por meios de comunicação de maior amplitude.

Cada vez mais, as mídias possibilitam que a Educação à Distância atinja um maior número de pessoas. No que se refere a mídia digital há um leque de oportunidades, viabilizando que essa educação possa ser selecionada de acordo com a necessidade de cada um. Considerando as relações culturais, as mídias digitais aproximam as diferentes realidades. Se pensarmos na evolução dos cursos EaD e na disparidade educacional da maioria da população de classe baixa brasileira, que não se veem culturalmente representados nos meios de comunicação, sendo boa parcela deste público formado de afrodescendentes, mesmo com a busca de equidade da valorização da cultura afro brasileira e com a evolução tecnológica facilitando o acesso a informação, conflitos étnicos ainda são contextuais. Neste sentido:

[...] as tecnologias digitais de comunicação e informação são “meios” para viabilizar interações, que por implicarem em mudanças nas certezas dos sujeitos envolvidos no processo, dependem da atitude destes frente às propostas de ações nos ambientes virtuais de aprendizagem.[...] (SCHERER, S.; BRITO, G.,2014, p.54)

Sendo assim, as ferramentas tecnológicas digitais, aproximam os indivíduos, possibilitando a democratização cultural dos sujeitos envolvidos, tendo como contraponto os desafios do processo de aprendizagem. A reflexão da prática em se tratando especificamente da educação, deve ser constante, pois está diretamente ligada a ação diária do professor. O CNE (Conselho Nacional de Educação) disserta na Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Portal do Ministério da Educação), às necessidades político pedagógicas que norteiam a prática que articula o processo educacional, no que tange a formação dos professores, bem como, discorre da valorização profissional no espaço social, constituído pela formação inicial

diz que: “a equidade no acesso à formação inicial e continuada contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;” compreendendo que a formação continuada, por sua atribuição, abre espaço a reflexões sobre a mudança de práticas, possibilitando ao professor ampliar técnicas e métodos didáticos que promovam um processo mais dinâmico de aprendizagem. Considerando este pressuposto, a formação continuada por prerrogativa atribuída em concordância com a legislação, intervém na mudança político social, ao afetar a prática docente. Podemos elucidar esse pensamento com Pérez Gómez

[...] é uma forma de praticar a crítica com o objetivo de provocar a emancipação das pessoas, quando descobrem que tanto o conhecimento quanto a prática educativa são construções sociais da realidade, que respondem a interesses políticos e econômicos contingentes a um espaço e a um tempo e que, portanto, podem mudar historicamente[...] (Pérez Gómez 1998, p. 372).

Sendo assim, o estudo da Lei 10.639/2003 (publicação Câmara Legislativa, 2003), traz à tona a valorização da história afro brasileira e indígena, propondo a temática como movimento agregador dos diferentes conhecimentos culturais em práticas pedagógicas. No entanto mesmo havendo estratégias de ações relacionadas a reflexões da necessidade da implementação da Lei 10.639/2003, a intencionalidade desse processo não corresponde à questão de adoção de prática pedagógica de forma efetiva nas escolas. Com esse pressuposto este trabalho, de protótipo de Curso em EAD de Formação Continuada, disposto no artigo 84 da nova LDB (Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), propõe o estudo sobre a temática da implementação da Lei 10.639/2003, visando oferecer sugestões de práticas didáticas, com o objetivo de contribuir com os professores, para que o movimento cultural seja ministrado de forma mais democrática no currículo escolar. O respeito à diversidade possibilita a valorização cultural, e através de reflexões de manifestações sociais é possível ressignificar a inclusão da diversidade cultural em um contexto de política afirmativa, diminuindo os conflitos étnicos. A extensão territorial de nosso País é muito grande, proporcionando uma imensa pluralidade cultural, por esse motivo esse trabalho permeia em âmbito regional, atendo-se a formação continuada em que o cunho histórico atém-se a influência da cultura africana no Rio Grande do Sul.

1.1 Problema

A comunicação, assim como a aprendizagem é inerente ao ser humano, historicamente o homem anseia por conhecer novas culturas. Ao longo do caminho criou tecnologias para

perpetuar e disseminar seus conhecimentos, partiu do empírico ao conhecimento científico; dos hieróglifos ao sistema alfabético atual; do desenho na pedra à mensagem digital. Porém, nessa busca de conhecimentos e perpetuação de sua cultura, acabou suprimindo o conhecimento de alguns povos por julgá-lo inferior, o que gerou um outro problema, o sentimento de inferiorização pelos que foram subjugados. A questão que permeia o que é possível fazer para modificar essa situação sociocultural, utilizando-se da tecnologia digital e o como apropriar-se de uma tradição que esmoreceu com o tempo. Como um curso EaD pode agregar valor à transmissão de saberes.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Desenvolver um protótipo de curso EaD de formação continuada para professores, com sugestões de práticas didáticas da aplicação da Lei 10.639/2003, resgatando a memória cultural dos povos afro brasileiros e indígenas, que norteia a construção da identidade regional do povo sul rio grandense, utilizando Objetos Digitais de Aprendizagem a fim de agregar saberes e facilitar metodologia diária.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Elaborar protótipo de curso EaD de formação continuada para professores;
- Criar, coletar e analisar questionário quantitativo, para mapear o público alvo que irá participar do curso;
- Desenvolver Objetos de Aprendizagem para a curso EaD;
- Partilhar experiências acerca de atividades didáticas em relação ao tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” visa contribuir para a construção de práticas na educação, a fim de promover a igualdade racial, proporcionando por meio da leitura uma reflexão à luz das práticas pedagógicas em sala de aula. As ferramentas que os professores podem utilizar em sala de aula são múltiplas.

E para abrir a discussão fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira, o estudo histórico da influência da cultura africana na cultura brasileira a partir da imigração de africanos para o Brasil através do tráfico humano. Além disso, faz-se necessário abrir o questionamento sobre as políticas afirmativas sobre o Tema, de forma a valorizar a contribuição do negro na formação sociocultural e econômica do País, pois a desigualdade social associada ao fator racial configura um dos maiores problemas a serem sanados no cenário brasileiro, inclusive o resgate da tradição griô.

Conforme Adami (2007) foram apresentados alguns pontos relacionados à implementação efetiva da lei, tais como: formação de professores e de outros profissionais da educação. Porém, os professores em sua formação não receberam preparo especial para o ensino da cultura africana e suas reais influências para a formação da identidade do nosso país, que pretendem pela emancipação humana a incorporação na luta para a construção de novas relações sociais.

A educação ainda é um conjunto de conteúdos que nos são passados como informações para conseguirmos avançar em nosso conhecimento de ser humano pensante. Nos bancos escolares passamos mais de uma metade de nossas vidas, pois por meio deles que temos o processo de aprendizagem pedagógica. Pensando nesse processo, em que nós seres humanos, temos muita resistência com o novo, não querendo desacomodar as nossas informações, onde o novo nos incomoda. Assim, a entrada da tecnologia em nossa educação como uma ferramenta mais avançada, ainda não conseguiu entrar em nossas escolas talvez devido ao sucateamento ou pela resistência dos profissionais da educação. O meio inovador tecnológico vem tentando se apropriar desse espaço, de forma ainda embrionária. A tecnologia está em todas as áreas da sociedade principalmente na área da econômica a qual nos dita às regras do mundo. Esta tecnologia de transformação ainda no Brasil iniciou seu processo lento e nos dias de hoje já representa um maior interesse nas Tecnologias de

Informação e Comunicação (TIC). Foi pensando nesse fator que optou-se em trazer a diversidade racial na modalidade de Educação a Distância. Ao discutir as relações raciais e culturais na abordagem pedagógica propicia-se uma nova construção no planejamento do professor na sala de aula. Cabe ao professor entender que a tecnologia veio para orientar a geração que está surgindo em uma perspectiva inovadora, buscando soluções mais rápidas para o dia a dia.

Neste novo cenário, cabe ao professor se ajustar a novas propostas usando a sua criatividade associada a tecnologia, para tornar o seu conteúdo mais atrativo. A sua contribuição em atividades que busquem elevar a autoestima de seu aluno vai dar um novo significado para a diversidade racial. O professor precisa de incentivos sem restrições, investindo nas TICs para seus alunos, fazendo assim a diferença em sala de aula. Ao incentivar seus alunos com uma nova oportunidade de poder mostrar a eles que são capazes de criar e usar a tecnologia a seu favor a autoestima desses será elevada positivamente.

Também vai poder trabalhar com projetos inovadores outros caminhos de conhecimento e aprendizagem para seus alunos. Nos dias de hoje há uma variedade de ferramentas que o professor pode usar na escola, basta saber como estas vão chegar ao seu público. Necessita saber também, como canalizar essas ferramentas a seu favor. Ao elaborar um planejamento estratégico onde ele conheça os caminhos que deverão ser percorridos vai sim, conseguir conhecer melhor o perfil de aluno em sua sala de aula. Um exemplo disso, seria o professor acessar a internet com seu aluno e lhe explicar que essa ferramenta pode lhe trazer vários benefícios, onde não existem somente as redes sociais neste universo, mas também novas formas de obter um ganho financeiro para seu futuro, por exemplo; uma vez que as novas gerações de emprego serão praticamente com a medição e uso de tecnologia. Ao referenciar esse seguimento, o professor vai não só ampliar o seu conhecimento, mas também auxiliar o seu aluno a ter outra visão das ferramentas tecnológicas para elevar sua autoestima.

2.1 Educação EaD

Historicamente os cursos EaD, são anteriores a evolução tecnológica digital, porém já se utilizavam da mídia para sua propagação. A modalidade de Ensino a Distância é uma ferramenta que pode ser aplicada em diferentes comunidades de forma continuada, sem a necessidade de um mediador pedagógico, garantindo a democratização do ensino de maneira heterogênea.

Atualmente, segundo Márcio Lemgruber (2009) vivemos a terceira geração da modalidade de Educação EaD, tendo como suporte o acesso as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), destacando as mídias digitais. As primeiras formações em EaD, surgiram na Europa, no século XIX, o material impresso era distribuído por correspondência e o suporte didático era basicamente radiofônico, caso houvesse necessidade, poderia haver a mediação telefônica. A criação dos cursos EaD surgiu no pós-guerra e tinha como intenção suprir a necessidade de qualificar a mão de obra, precisavam ofertar um sistema de autoaprendizagem a sujeitos desfavorecidos socialmente, mas com capacidade cognitiva de aprendizagem. Esse movimento chega ao Brasil aos meados dos anos quarenta, tendo como pioneiro o Instituto Universal Brasileiro, que utilizava os meios de comunicação impresso (revistas e gibis), para ofertar cursos supletivos e profissionalizantes. Porém, anterior a este sistema, a Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por volta da década de vinte, já desenvolvia um projeto de informação educativa.

Com o surgimento da comunicação televisiva, a Educação à Distância adquire um novo formato, a expansão da oferta, com o intuito de diminuir custos e melhorar a qualidade do suporte pedagógico, centra os materiais didáticos em tele aulas. Com a ampliação e o fortalecimento dos Telecursos, surge a necessidade de estabelecer uma legislação que oriente e regule este sistema. O Ministério da Educação da Secretaria de Educação à Distância (SEED) que vem se adiantar ao artigo 80 da nova LDB de 1996, que legisla sobre as a proposta em EAD no país, sancionando:

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e da educação continuada.

§ 1.º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2.º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3.º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4.º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Porém, somente em fevereiro de 1998 os cursos de Educação à Distância são normatizadas pelo artigo 2º do Decreto 2494/98 que diz:

"os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim (...)". Por tanto, as propostas de cursos em EAD nestes níveis de ensino deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema público, municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, a fim do credenciamento ser feito pelo Ministério da Educação. No caso de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada obedecerá às normas contidas em legislação específica para credenciar-se junto ao MEC.

2.2 Formação continuada de professores

A prática educacional é cotidiana e contextualizada de acordo com cada comunidade, deste modo a formação continuada se faz necessária a fim de propor aos professores reflexões sobre temas que exigem da escola posicionamento crítico. A ideia de formação continuada ultrapassa a análise da prática docente do educador, pois o processo de desenvolvimento de técnicas didáticas não se encerra com a conclusão acadêmica, o que se pretende primordialmente é aprofundar as questões relevantes que possam ressignificar aspectos político pedagógicos, de modo a desconstruir conceitos pré-estabelecidos e articular novos saberes, possibilitando mudanças no contexto escolar.

O efeito das ações dos professores produz sequências de construção de conceitos de modo diversificado em cada sujeito, neste sentido essa ação é transformadora, por isso é necessário que exista objetivo para a prática diária. Considerando que o processo educacional dialógico, faz-se necessário eixos norteadores para os projetos políticos pedagógicos.

A LDB prevê na Lei 9.394/96, com alteração da Lei 12.056/09, que inclui no Art. 62: A formação de docentes para atuar na educação básica [...] § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

Rubem Alves (1980, p. 27) trata dessa questão de forma filosófica tão contundente quando nos diz: “Não sei como preparar o educador. Talvez que isto não seja nem necessário, nem possível... É necessário acordá-lo.” É preciso que desperte para atualizar-se frente as mudanças sociais. Sendo assim, a incorporação da formação continuada no PPP (Projeto Político Pedagógico), estabelece um espaço de reflexão em consonância com os objetivos do processo educacional de cada escola, transformando o contexto escolar e consolidando

valores coletivos, tendo como ferramenta processos pedagógicos sistematizados. Mais a diante dentre reflexões do papel do professor e sua formação, Rubem Alves acrescenta (1980, p.60): “Mas a sua atividade exploratória é analítica, não é um fim em si mesmo”. Não basta renovar sua formação, é necessário rever sua prática diante os desafios do cotidiano, o exercício da docência é a melhor maneira do professor refletir os pressupostos teóricos que fundamentam seu trabalho.

2.3 Aplicação da Lei 10.639/2003

No intuito de desenvolver um referencial da valorização histórica com equidade sócio cultural, a Lei 10.639/03, acresce na Lei 9.394/96 os seguintes artigos:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

De modo a abrir espaço à discussão de fundamentos sobre a pluralidade étnico cultural, a implementação da Lei, ao estabelecer a obrigatoriedade do estudo da História da Cultura Indígena brasileira, Afro-brasileira e Africana, proporciona o estudo didático na formação escolar, como política pedagógica, a fim de combater e dirimir a discriminação racial.

O reconhecimento destas etnias na influência sócio cultural e econômica, na formação do País, através de uma política afirmativa oficialmente amparada nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), abre a discussão tanto de adequação do modelo de conteúdo histórico trabalhado, quanto do projeto pedagógico em si, para que possa contemplar uma parcela da população que não se vê representada no contexto histórico apresentado nos livros didáticos.

A intervenção de políticas afirmativas na estruturação do processo do currículo escolar, objetiva a garantia de reparar desigualdades comportamentais até então perpetuadas

pelo relato unilateral da História, como se apenas o povo europeu tivesse influenciado na formação do Brasil, desprezando as culturas regionais e sua influência na economia e na história de cada Unidade da Federação.

A dinâmica para instrumentalizar a prática diária, tem sido muito acanhada, o que dificulta a ampliação dos PPPs. Os espaços de discussão propiciados para ressignificar a influência étnico-racial no contexto histórico atual, tem sido de grande valia, criando sujeitos multiplicadores, que investem esforços para que a valorização das culturas Indígena brasileira, Afro brasileira e Africana, adquiram um status agregador, que receba a devida valorização. A fim de que a concepção da autoimagem e auto estima cultural, seja edificada e consolidada em parâmetros mais justos, considerando a pluralidade do povo brasileiro.

Estudiosos e pesquisadores impulsionados pelo estabelecimento da equidade angariaram pesquisas sobre o tema do fluxo discriminatório que marginaliza Indígenas brasileiros e afro brasileiros no desenvolvimento da educação. Santos (2014, p.6) elucida consequências da desvalorização cultural quando diz que: “a evasão escolar se dava além do *déficit* financeiro, também pela questão do racismo presente nos livros didáticos...” o preconceito gerado pelo currículo oculto estabelece dominação e exclusão de forma silenciosa subsidiando o *status quo*.

A implementação da Lei vem para refletirmos as relações sociais e garantir a construção coletiva de uma nova concepção, desconstruindo as práticas discriminatórias. À luz da reestruturação do contexto histórico, a educação propõe um novo olhar para a pluralidade cultural, abrindo espaço para uma perspectiva de inserção de sujeitos até então excluídos do currículo escolar.

2.4. Os griôs e a comunicação oral

A comunicação oral é de fato o mais antigo tipo de mídia, que garantia a perpetuação dos saberes e a transmissão cultural entre gerações. O universo da oralidade é amplo, constituído de repentistas, contadores de histórias, comentaristas, artistas, dentre outros transmissores de saberes culturais.

Em muitos países do continente africano, este papel de informar, educar e manter a tradições através da oralidade era designado aos “Griôs”, que depositários dos saberes,

salvaguardavam as histórias de seu povo. Mediante isto, os griôs tinham um papel de destaque no contexto social.

A tradição oral foi suprimida com o segmento dos registros em meios de comunicação surgidos ao longo dos anos. Porém a memória afetiva da cultura popular às tradições folclóricas, mantém o universo da oralidade ainda vivo no cotidiano, talvez não mais dialógica como antes, porém ainda comunicativa.

No Brasil, há grupos organizados, interessados em manter viva a tradição griô, que procuram representatividade no poder público. Como o Projeto de Lei Nº1.176, DE 2011, do Deputado Edson Santos.

Na primeira fase da tramitação do Projeto de Lei nº 1.176, 2011, de autoria do Deputado Edson Santos, que “Institui o Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras dos Saberes e Fazer das Culturas Populares”, e de seu apenso, o Projeto de Lei nº 1.786, de 2011, de autoria da Deputada Jandira Feghali e outros, que “Institui a Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral”, após ampla discussão com os segmentos interessados da sociedade, com especialistas e com representantes do poder público, este Relator oferece um substitutivo que buscou contribuir para o melhor tratamento possível à matéria e, ao mesmo tempo, encontrar um ponto de consenso entre as partes envolvidas.

O griô, culturalmente, apesar de não ter um papel prioritário na sociedade atual, ainda mantém um lugar de destaque em muitas comunidades, por deterem conhecimentos e saberes tradicionais, dos quais não há registros, mantidos originalmente na transmissão oral.

E vendo a tradição Griô sob um viés pedagógico, assim como nos propõe Lilian Pacheco (2006, p.44), essa partilha cultural, adquire um novo compromisso dialógico.

É importante entender que diversos assuntos contidos no universo da tradição oral, assim como no universo da tradição escrita, estão repletos de valores contra a diversidade da vida e dos povos, mas o foco dialógico da Pedagogia Griô não é simplesmente para assuntos. As perguntas e respostas giram em torno de saberes, processos e linguagens de elaboração do conhecimento da tradição oral, no diálogo com a tradição escrita, tendo como inter subjetividade do diálogo a cultura a favor da diversidade da vida e dos povos.

O resgate a cultura griô, não se opõe as mídias atuais, ela é concomitante, quem sabe as conversas em torno das rodas de fogueiras possam adquirir formatos como o do *podcast*? E aquele personagem, não mais mítico, contador de histórias, encantador dos conhecimentos perpetuados na oralidade, no diálogo, poderá percorrer essa vasta aldeia global.

3. METODOLOGIA

3.1 Recursos digitais

Para a elaboração e distribuição da pesquisa, usou-se como recurso digital a busca de informações em páginas de pesquisa da WEB, elaboração do questionário em ferramenta de rede social (Google) e distribuição do questionário em aplicativos de relacionamento (*WhatsApp*).

3.2 Indagação da pesquisa

A pesquisa pretende mapear de forma objetiva o quanto os professores desenvolvem atividades relacionadas a implementação da Lei 10.639, qual a sua relação com as mídias digitais e sua disponibilidade em atualizar-se frente a estas questões.

3.3 Definição dos termos

Problemas Docentes: derivam basicamente da falta conhecimento acadêmico informativo da Lei 10639/03 alterada pela Lei 11645/08 (publicação Câmara Legislativa), que abordam o estudo da diversidade cultural e das relações de ações afirmativas, corroborando junto à educação.

Diversidade Cultural: Ações de construção de materiais didáticos para resgatar o histórico da formação do povo brasileiro, valorizando a contribuição das diferentes culturas.

Propostas de organizar atividades que abordem todos os conteúdos sobre o tema proposto, a fim de auxiliar didaticamente o trabalho diário do professor.

4. TRABALHO DESENVOLVIDO – FORMAÇÃO EAD

4.1 Análise do curso

Este projeto apresenta as etapas de planejamento, elaboração e criação do curso *Formação Continuada (EaD) de Educação para a Diversidade Racial “GRIÔ”*, que usa o modelo de design instrucional aberto na modalidade da educação mista e visa dar suporte aos interessados em planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar este curso online. A elaboração deste curso está fundamentada na abordagem pedagógica construtivista, além de outras fontes advindas de pesquisas feitas na área. Este projeto surgiu de uma demanda verificada na Lei 10639/03 (publicação Câmara Legislativa) a qual torna obrigatório o ensino sobre diversas áreas do conhecimento na disciplina de História, Artes e Língua Portuguesa. A partir da lei houve um avanço na educação, mostrando a conscientização, reflexão, priorizando a cultura do negro, identificando sua etnia como um imigrante, permitindo a recriação de situações que valorizam a sua cultura e tradições africanas do público-alvo que requer uma solução educacional. Estão contemplados neste projeto o seu contexto, estudo de perfil, cronograma, incluindo objetivos gerais e específicos do curso, e outros elementos gráficos e eletrônicos que compõem o *layout* de seu design instrucional, a descrição das atividades, bem como, os recursos de interação. A equipe envolvida, os recursos a serem usados, o cronograma que descreve as etapas de construção do curso no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), e o mapa geral do curso também são apresentados e detalhados. O projeto é encerrado com as considerações feitas sobre o curso a partir do ponto de vista do designer instrucional.

4.1.1 Público alvo

A Formação Continuada (EaD) de Educação para a Diversidade Racial - “GRIÔ”, será destinada a professores da educação básica e ou qualquer agente educacional, que pretenda ampliar e discutir seu conhecimento e informações sobre a temática de implementação da Lei 10.639, em um formato EaD, utilizando-se das TICs.

4.1.2 Tema proposto

Diversidade Racial na Educação e Cultura Afro Brasileira.

4.1.3. Justificativa

Justifica-se devido a comemorar uma importante conquista para o povo negro. O dia da consciência (20 de novembro), também foi conquistado com a lei 10.639/03, dia este que se comemora a morte de Zumbi. Este dia é valorizado para a contribuição da formação da sociedade brasileira, visto o negro ser um protagonista da História do Brasil. É do negro africano a contribuição das rodas de conversas, contos das nações pelos griôs (contador de histórias), entre outros.

4.2 Objetivos do curso EaD

4.2.1 Objetivo Geral

Proporcionar aos educadores e professores uma nova modalidade de trabalhar a diversidade racial em sala de aula com ações que possam reconstruir materiais da valorização da cultura afro brasileira, resgatando o contexto histórico da imigração africana para o Brasil e a influência cultural na formação do povo brasileiro.

4.2.2 Objetivos Específicos

- Estimular a imaginação e a coordenação motora com a confecção de jogos.
- Conhecer a culinária africana.
- Aprender a trabalhar com medidas em receitas.
- Conhecer técnicas diferentes de modelar, desenhar e pintar.
- Conhecer o significado das máscaras para a cultura africana.
- Identificar as nações que vieram para o Brasil do continente Africano.
- Confeccionar personagens dos contos africanos.
- Explorar diferentes gêneros de produção textual, fazendo a releitura dos mesmos.
- Estimular a criatividade e escrita introduzindo novas palavras no vocabulário.

- Conscientizar sobre a importância da natureza para o negro.
- Conhecer as variedades de animais que habitam o continente africano.
- Conhecer a importância das lendas africanas, com sua religiosidade.

4.3 Designer Instrucional

A fim de projetar a *Formação Continuada (EaD) de Educação para a Diversidade Racial “GRIÔ”* de forma a abranger as etapas de estruturação e formatação da modalidade EaD, utilizando como AVA a ferramenta Sala de Aula da plataforma Google, optou-se pelo formato ADDIE, detalhando os passos no Mapa de Atividades. O curso possui carga horária de 80 horas, sem data pré-estabelecida e trata-se de um protótipo a ser utilizado, testado e aprimorado.

4.4 Mapa de Atividades

Tabela 1 – Mapa de atividades para o curso EAD

Semana	Unidade	Subunidade	Objetivos	Atividades Teóricas	Atividades Práticas
Parte 01	Imigração africana no período colonial e na atualidade do Brasil	Criar uma crônica traçando um comparativo da imigração africana em diferentes contextos históricos	Conhecer o contexto da imigração africana em diferentes períodos históricos	http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/obras/monografias/330081-atual-migracao-africana-para-o-brasil-e-direitos-humanos Período: 1 dias Valor: 10 pontos	Crônica em PDF e enviar por email Período: 4h Valor: 10 pontos
Parte 02	Quilombos	Redigir a partir do vídeo e da leitura sobre quilombos um texto argumentativo de duas laudas	Compreender a formação dos Quilombos Reconhecer a finalidade da manutenção dos Quilombos	https://www.youtube.com/watch?v=oAHqMJk5lzw Período: 1 dias Valor: 10 pontos	Texto no documento do Google Drive Período: 4h Valor: 10 pontos

Parte 03	A criança e o Brinquedo	Leitura de Jogos Africanos Infantis Construção de Jogos de sucata	Compreender a importância do brincar na infância Construir jogos da cultura infantil africana Resgatar o contexto lúdico de jogos infantis	https://drive.google.com/file/d/0Bw6kEKGAr-Ud1h4WF1fTXc2bVU/view?usp=sharing Período: 1 dias Valor: 10 pontos	Atividade online Atividade de leitura E Book Período: 8h Valor: 10 pontos
Parte 04	As relações familiares	Confecção da boneca Abayomi Discussão em aula sobre os diferentes tipos de famílias.	Confeccionar a boneca Abayomi observando o tutorial. Reconhecer as diferentes estruturas familiares. Compreender o seu vínculo familiar, que papel desempenha em sua família.	https://www.youtube.com/watch?v=8BtKIgi-QRc&feature=youtu.be Valor: 10 pontos	Atividade online Atividade no youtube Período: 4h Valor: 10 pontos
Parte 05	A tradição Oral	Criar um vídeo de Roda de Conversa, baseado na tradição Griô	Pesquisar e construir um conhecimento ou informação em uma roda de conversa. Filmar essa Roda de Conversa e partilhar as experiências adquiridas.	https://www.youtube.com/watch?v=SQ6J11b1Cfg Valor: 10 pontos	Atividade on line Uso de ferramentas: Editores de vídeo, YouTube, etc. Período: 14h Valor: 10 pontos
Parte 06	A Mitologia africana	Fazer levantamento de dados sobre as figuras mitológicas da cultura africana. Montar uma apresentação sobre os mitos africanos	Identificar os mitos africanos e relacionar com suas lendas. Compreender as relações dos mitos com os homens (defeitos e virtudes). Relacionar a Mitologia africana a outras mitologias, o que há em comum.	Internet página de procura Período: 1 dias Valor: 10 pontos	Atividade online Página de procura. Período: 14h Valor: 10 pontos

Parte 07	As comidas afro brasileiras	Fazer levantamento de receitas utilizando página de procura na internet Montar um livro de receitas on line utilizando documentos do google drive Fazer algumas receitas	Conhecer a culinária afro brasileira Identificar características influência da culinária no nosso cotidiano	Internet página de procura Período: 1 dias Valor: 15 pontos	Atividade on line e preparo de receitas Período: 14h Valor: 15 pontos
Parte 08	Projeto Final Feira da Cultura afro brasileira	Exposição do material produzido Produzir um vídeo relatório	Aplicar conhecimentos da disciplina Expor material produzido ao longo do curso	Período: 1 dias Valor: 25 pontos	Uso de ferramentas: Editores de vídeo, YouTube, etc. Período: 18h Valor: 25pontos

Fonte: CASTRO, Gilmar, MARIANO, Silvia. PROJETO DE *DESIGN* INSTRUCIONAL – UFRGS, 2017.

4.5 Aplicação do protótipo do curso

O curso será ministrado via ferramenta Google Sala de Aula. Este projeto é destinado principalmente a professores da educação básica, porém pode adequar-se a qualquer grupo de trabalhadores em educação que pretendam ampliar seu conhecimento sobre o como trabalhar a cultura afro brasileira no cotidiano escolar e comunitário. Código de acesso para participar da *Formação Continuada (EaD) de Educação para a Diversidade Racial “GRIÔ”* pela ferramenta Sala de Aula do Google: eouwdx6. A interface da ferramenta desenvolvido ainda em prototipação pode ser visualizada, conforme figura 1.

Figura 1 - Página inicial do curso no formato EAD

The screenshot shows the Google Classroom interface for the course "Educação para a Diversidade Racial 'GRIO' Curso". The browser address bar displays the URL: <https://classroom.google.com/u/0/c/MjI3NTkxNjU4MDZa>. The course title is visible in the top navigation bar. The main content area features a header image with the text "Educação para a Diversidade Racial 'GRIO' Curso". Below this, there is a section titled "PRÓXIMAS TAREFAS" (Upcoming Tasks) which states "Nenhuma tarefa para a próxima semana!" (No tasks for the next week!) and includes a "VISUALIZAR TUDO" (View All) link. To the right, a list of tasks is displayed, all posted by "Sílvia Mariano" on "18 de nov" (November 18th):

- Tarefa: Feira da Cultura afro brasileira
- Tarefa: As comidas afro brasileiras
- Tarefa: A Mitologia africana

Fonte: <https://classroom.google.com/u/0/c/MjI3NTkxNjU4MDZa>

5. ANÁLISES E RESULTADOS OBTIDOS

5.1 Tipo de pesquisa e sujeitos envolvidos

A amostragem para a pesquisa é quantitativa e se deu em formato objetivo por questionário. Os dados coletados por meio deste instrumento fechado de respostas múltiplas, foram respondidos pelos participantes de forma online. Após o envio das respostas, essas foram tabuladas e analisadas. Michel (2005), relata que essa pesquisa quantitativa nos garante uma maior precisão na coleta de informações, tornando assim a pesquisa mais confiável. Os sujeitos envolvidos nesse processo são principalmente professores de escolas públicas, onde há maior índice de afrodescendentes, porém, podendo se adequar a qualquer grupo de trabalhadores em educação, pois que o viés cultural na educação ultrapassa os muros escolares, afetando não somente o cotidiano escolar, mas influenciando o âmbito comunitário a partir da agregação de valores que ressignificam a autoestima através da apropriação cultural.

5.2 Amostragem

O questionário ficou aberto à pesquisa no período de sete dias, disposto em aplicativo de relacionamento (WhatsApp), em grupos fechados de profissionais em educação. Em sua maioria professores de escolas públicas.

5.3 Coleta de dados

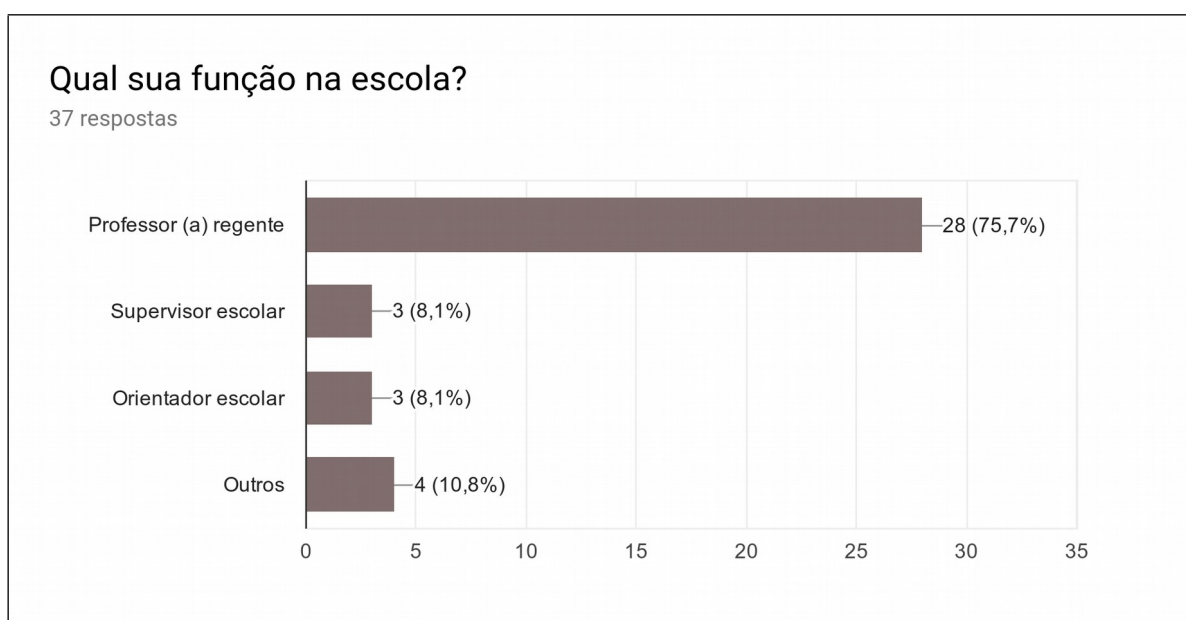
Na coleta de dados, foi utilizado um instrumento de medida quantitativo, com o intuito de medir o desenvolvimento didático da aplicação da Lei 10.639. Os dados foram coletados via aplicativo de relacionamento (WhatsApp), utilizando-se questionário, de forma objetiva, garantindo o anonimato.

5.4 Análise dos dados

5.4.1. Sobre as análises e estatísticas

Na mostra abaixo relacionada, observa-se que a grande maioria dos entrevistados são professores regentes, que trabalham diretamente com os educandos, representando 75,7% dos entrevistados.

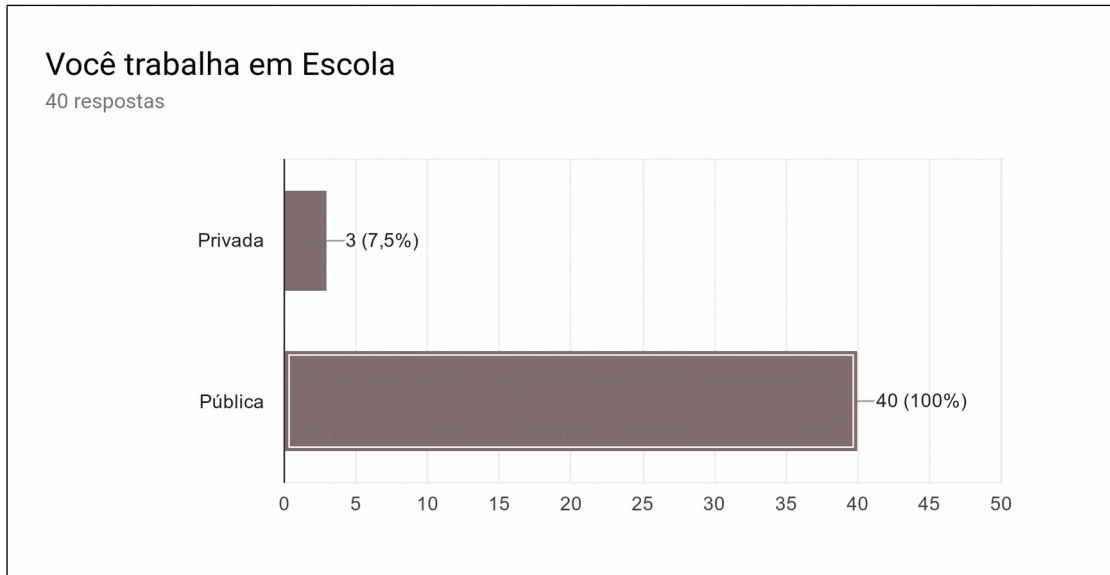
Figura 2 - Gráfico da entrevista – Função na Escola



Fonte: A autora 2018.

Na amostragem a seguir pode-se verificar que 100% dos entrevistados são professores em escolas públicas e dentro deste percentual 7,5% também trabalham em escolas privadas.

Figura 3 - Gráfico da entrevista – Escola pública x privada



Fonte: A autora 2018.

Na mostra da média de carga horária, podemos observar que em sua grande maioria, 62,5% dos entrevistados, cumprem carga horária de 40h semanais, sendo 17,5% 60h, 15% 20h e apenas 5% dos entrevistados cumprem 20h de carga horária.

Figura 4 - Gráfico da entrevista – Média da Carga horária dos entrevistados



Fonte: MARIANO, Silvia. 2018, Pesquisa via Documento Google.

No próximo gráfico, podemos observar que apesar da maioria dos professores trabalharem 40h semanais, pouco mais da metade conseguem manter sua carga horária em

apenas uma escola, representando 62% dos entrevistados. Um quarto dos professores dividem sua carga horária entre duas escolas, 10% necessitam revezar seu trabalho entre três escolas, mas 2,5% dos professores precisam peregrinar entre quatro escolas.

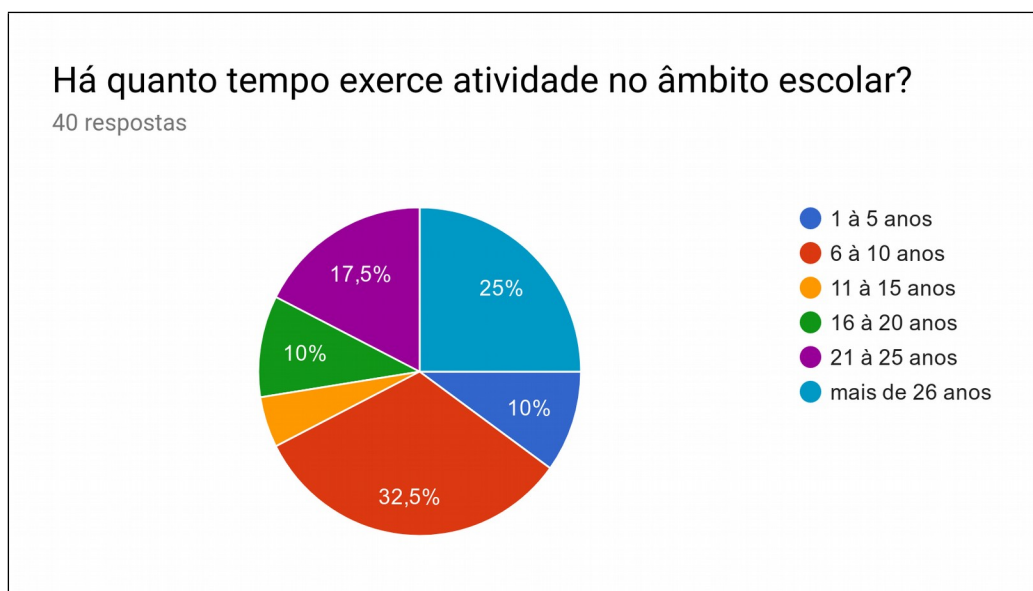
Figura 5 - Gráfico da entrevista – Alternância da carga horária entre diferentes escolas



Fonte: A autora 2018.

O gráfico seguinte revela o tempo de exercício do magistério. O gráfico mostra que este item é muito heterogêneo.

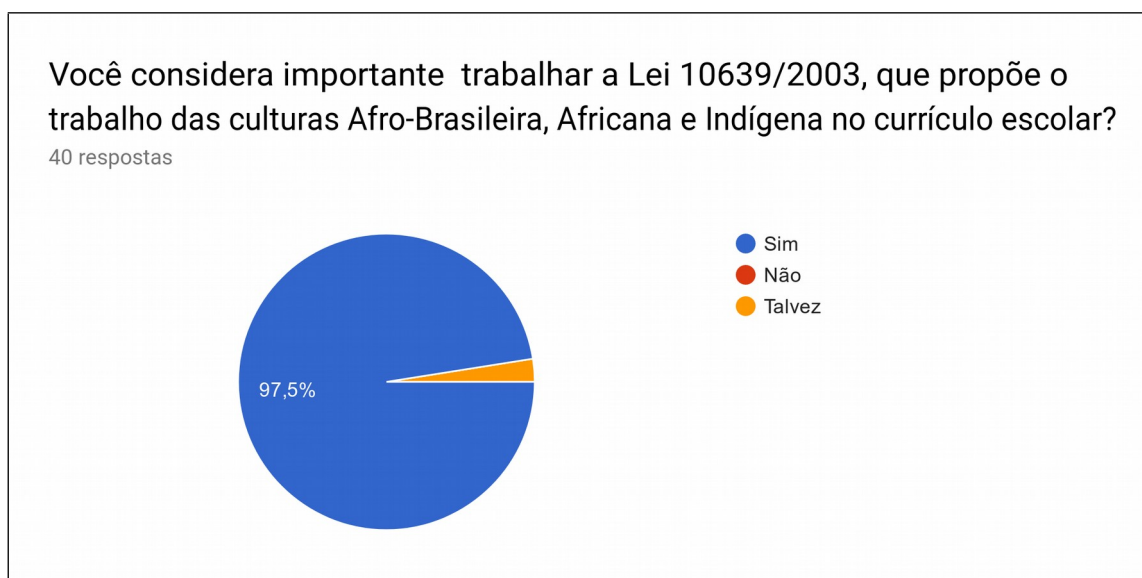
Figura 6 - Gráfico da entrevista – Tempo de exercício do magistério



Fonte: A autora 2018.

Quando indagados sobre o que pensam da importância da Lei 10639, 97,5% responderam que consideram a Lei importante, apenas 2,5% que talvez, seja importante a aplicabilidade da Lei, mas não houve quem não considerasse sua relevância.

Figura 7 - Gráfico da entrevista – Importância da Lei 10639/2003

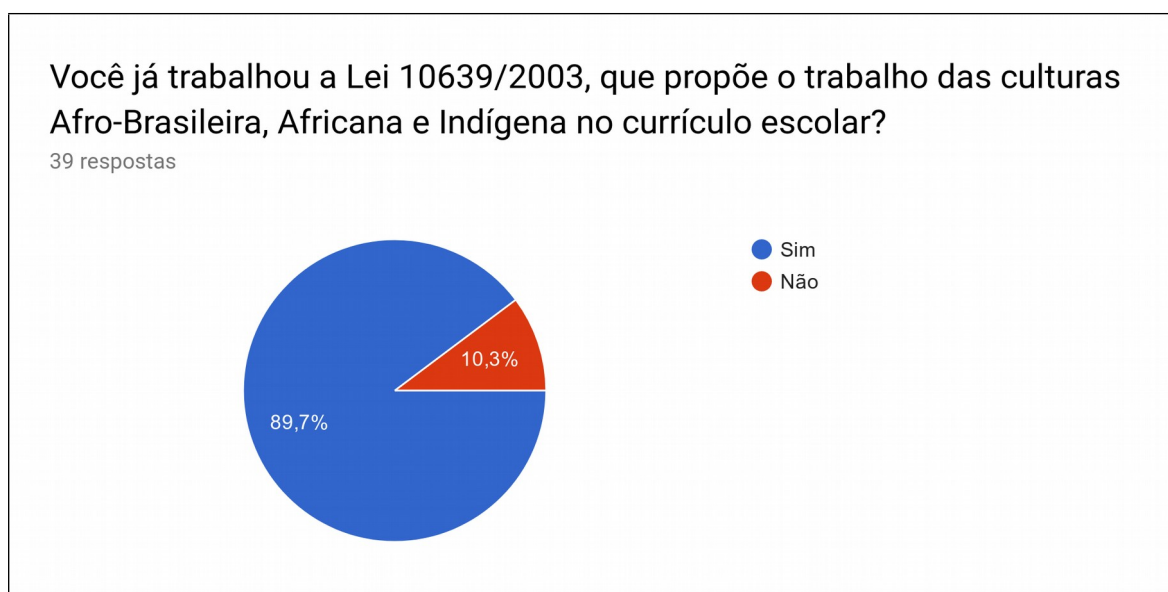


Fonte: A autora 2018.

Observando o próximo gráfico, vê-se que mesmo que a maioria tenha considerado relevante a aplicabilidade da Lei 10639/2003, na escola, apenas 89,7% dos entrevistados já

trabalharam as relações étnicas na escola.

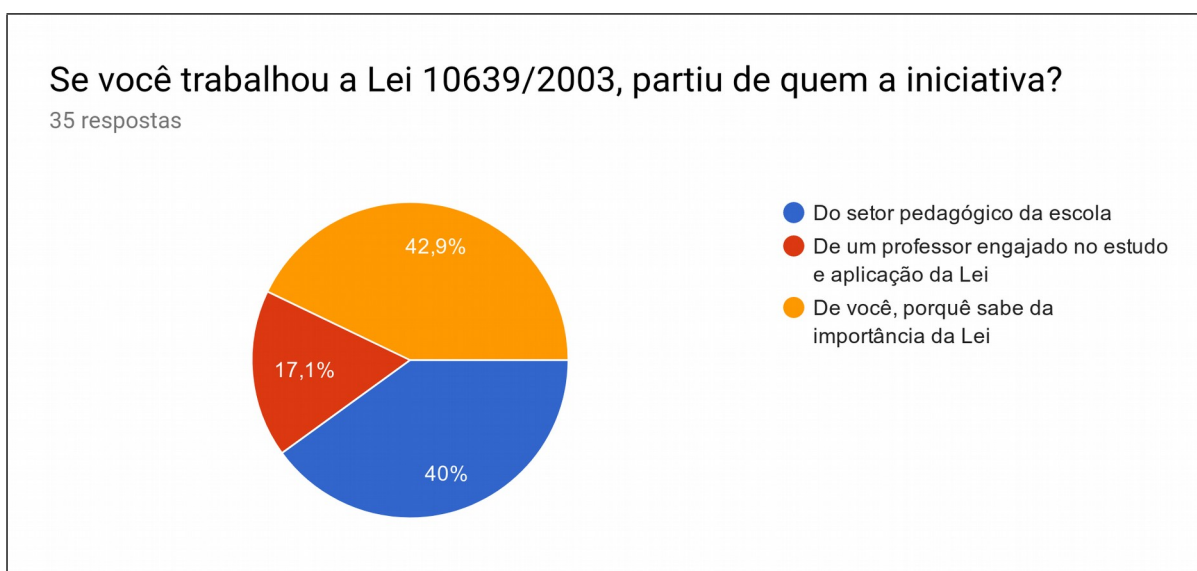
Figura 8 - Gráfico da entrevista – Inserção da Lei 10639/2003 no cotidiano escolar



Fonte: A autora 2018.

Ao analisar o gráfico que indaga de onde surgiu a iniciativa em trabalhar a Lei 10.639/2003, há outra divisão revelando, que apesar da maioria ver importância na aplicabilidade e que já trabalharam a Lei, apenas 42,9% tomaram a iniciativa em trabalhar as questões étnico raciais. Sendo que 40% segue a orientação do setor pedagógico e 17,1% inspira-se no trabalho de algum colega engajado.

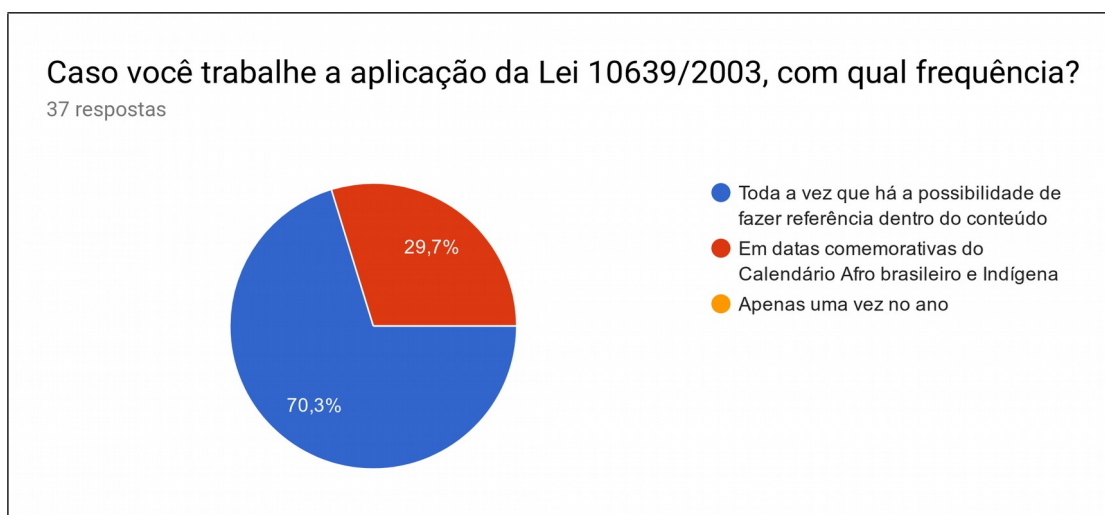
Figura 9 - Gráfico da entrevista – Iniciativa em aplicar a Lei 10639/2003



Fonte: A autora 2018.

Também é possível notar que os professores que trabalham com a aplicação da Lei 10.639/2003, em sua maioria não se prendem apenas ao calendário de datas comemorativas. Desenvolvendo trabalhos sobre as relações étnico raciais em qualquer época do período letivo.

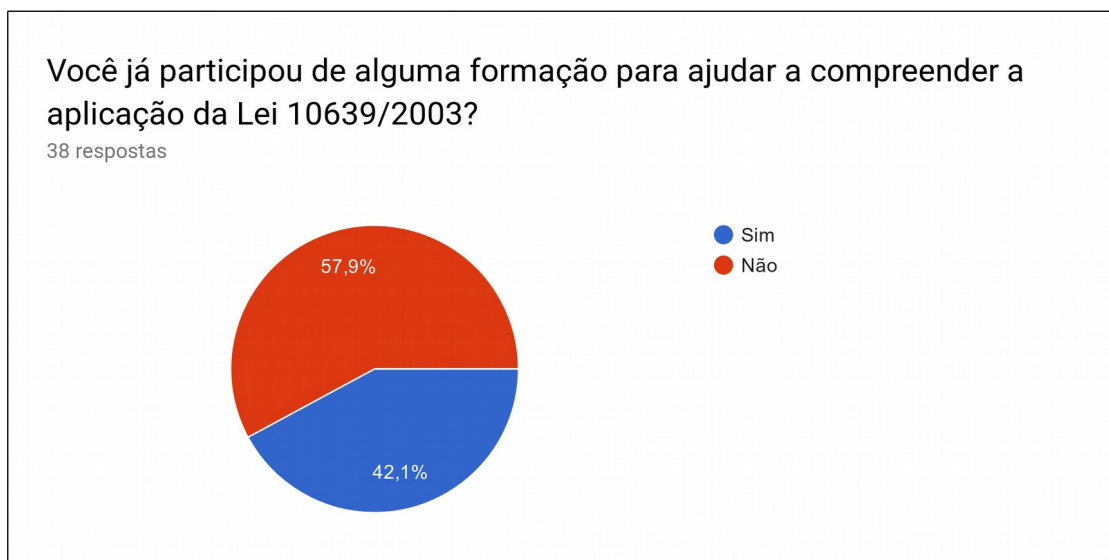
Figura 10 - Gráfico da entrevista – Frequência da aplicabilidade da Lei10.639/2003 no cotidiano escolar



Fonte: A autora 2018.

No próximo gráfico, é possível analisar a relação da Formação continuada, no estudo da lei 10.639/2003. Ficando evidente que 57,9% dos entrevistados, não tiveram formação em relação ao tema.

Figura 11 - Gráfico da entrevista – Formação continuada da aplicabilidade da Lei 10.639/2003



Fonte: A autora 2018.

Através do próximo gráfico, fica evidente que em sua maioria, 97, 5% dos entrevistados, consideram importante haver formação continuada sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, no currículo escolar.

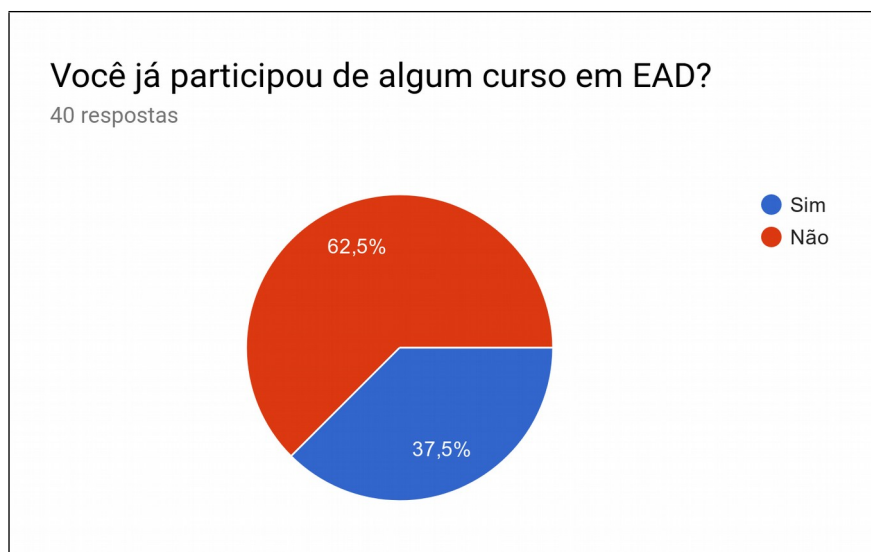
Figura 12 - Gráfico da entrevista – Relevância de Formação continuada da aplicabilidade da Lei 10639/2003



Fonte: A autora 2018.

Assim, como é possível verificar no gráfico a seguir que pouco mais da metade dos entrevistados, 62,5%, já participaram de algum curso em EAD em sua formação acadêmica.

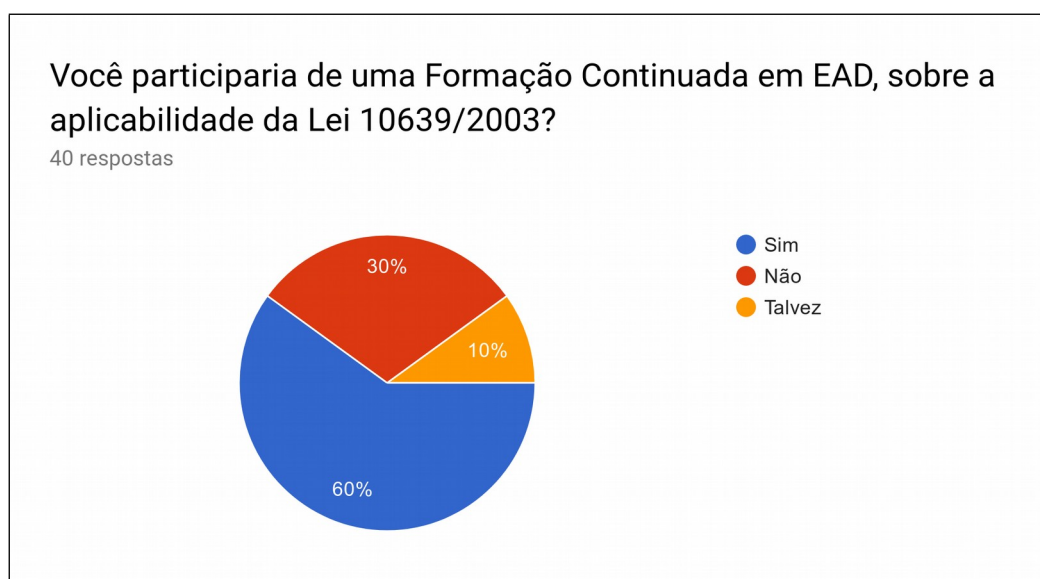
Figura 13 - Gráfico da entrevista – Participação em Curso EAD



Fonte: A autora 2018.

Por fim, é possível observar que apenas 60% dos entrevistados se disponibilizam a participar de uma Formação Continuada em EAD sobre a Lei 10.639/2003.

Figura 14 - Gráfico da entrevista – Intensão em participar da Formação Continuada em EAD sobre a aplicabilidade da Lei 10639/2003



Fonte: A autora 2018.

5.5 Análise dos resultados

A análise dos dados apresenta professores regentes, representando três quartos dos entrevistados e a parcela restante de agentes educacionais que desenvolvem de forma indireta com os alunos o trabalho pedagógico, mas que influenciam no cotidiano escolar. Apesar da entrevista ter sido distribuída via grupo fechado de relacionamento, tanto a professores de escolas públicas, quanto privadas, a participação dos professores de escolas públicas foi maciça.

Outra característica é que em sua grande maioria atendem mais de 40h semanais, e mesmo por vezes desenvolver o trabalho em apenas uma instituição educacional, abrange um número maior de educandos devido as horas trabalhadas. O tempo de serviço em âmbito escolar foi muito heterogêneo, o que não mostra importância na influência na contribuição da aplicabilidade da Lei 10.639. Porém quando o questionamento em relação ao tema é direcionado sobre sua relevância 97,5% dos entrevistados consideram sua aplicabilidade significativa à aprendizagem, sendo que apenas 10,3% ainda não trabalham o tema no currículo escolar.

Porém, há um dado interessante que mostra variante a iniciativa em desenvolver a aplicabilidade de executar a Lei 10.639/2003, tendo uma parcela de 40% realizando o trabalho com a orientação do setor pedagógico, 42,9% desenvolvendo o trabalho por iniciativa própria e 17% influenciado por um colega engajado no estudo e aplicação da Lei 10.639.

Caracterizando o perfil dos entrevistados, é possível observar, que este tema já está sendo trabalhado na transversalidade das competências formadores e nos conteúdos, denotando que menos da metade dos entrevistados ainda se atém a uma data comemorativa fixa.

Quanto aos questionamentos sobre a formação continuada apenas 37% dos entrevistados já participou de curso em formato EaD. Em contrapartida mais da metade dos entrevistados se disponibilizaram a participar de uma formação EaD tendo como tema a aplicabilidade da Lei 10.639/2003.

CONCLUSÃO

Para compreender este trabalho é necessário conhecer os *Griôs*, os contadores de histórias, que detinham o conhecimento histórico. Em um tempo onde ainda não havia as mídias, eles se encarregavam de transmitir informações de uma tribo a outra pelos mais recônditos cantos da África, de perpetuar o conhecimento.

Hoje, com o advento das mídias digitais, a informação tornou-se instantânea, podendo ser guardada em ferramentas virtuais capazes de armazenar uma quantidade inimaginável dessas informações. De mesmo modo que a transmissão desses saberes passou a ser acessível a qualquer um que saiba utilizar as ferramentas virtuais de informação.

Enquanto Curso de Mídias na Educação, a pretensão desse TCC é realizar uma pesquisa acadêmica acerca do assunto, conforme apresentado nas seções anteriores, mas também homenagear aqueles que difundiram informações, contaram histórias, contos e fatos, propagando conhecimento, em um tempo em que se armazenavam informações apenas na memória, sendo perpetuadas ao redor de fogueiras. A ***Formação Continuada (EaD) de Educação para a Diversidade Racial “GRIÔ”***, tem o intuito de resgatar estes saberes.

A construção deste trabalho teve como maior empecilho o contexto histórico Nacional, que é desmotivador, em contrapartida, ao mesmo tempo agregador de pessoas que buscam dirimir as diferenças da valorização histórico social, chamando os professores para que instaurem novos mundos.

A busca pela atualização em Formação Continuada, além de prevista na legislação, é uma necessidade contínua dos professores. Há um leque muito grande de temas a serem abordados, que variam de acordo com o viés pedagógico de cada professor, que tem como variantes disciplina, série/ano de atuação, comunidade escolar, etc. Neste sentido houve essa escolha, para trazer aos professores uma temática aberta a novos conhecimentos, que proporcionasse um espaço de discussões, a fim de ressignificar a estrutura sociocultural e econômica dos afrodescendentes no Brasil.

O tipo de plataforma digital, tanto para a pesquisa, quanto para a criação do Curso em si, surgiu com a necessidade de ser gratuito e acessível, que pudesse ser divulgado de forma fácil e que qualquer um tivesse como baixar os aplicativos necessários para a execução. Deste modo as ferramentas Google foram as mais adequadas para a criação, formatação e execução

deste trabalho, bem como, o aplicativo de relacionamento WhatsApp, para a divulgação da pesquisa.

A pesquisa com todas as suas variáveis, propiciou a conhecer o público-alvo e mapear a probabilidade de interessados em participar de uma Formação continuada em EaD, neste caso em um tema específico, direcionado. Com a intencionalidade de agregar valor político social. O sistema educacional está constantemente sendo desafiado. O Mundo em si é dinâmico e sofre alterações teóricas, descobertas científicas apresentam-se cada vez mais pungentes, fazendo com que a necessidade de atualização seja incessante.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1980. 27-60 p.

ARRUDA, Eucídio, ARRUDA, Dorcelina. **Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior**. Educação em Revista Belo Horizonte|v.31|n.03|p. 321-338 |julho-setembro 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/1982-6621-edur-31-03-00321.pdf>. Acesso em 07/09/2018.

BRANCO, Cristina. **Formação continuada de professores: focalizando a relação teoria-prática**. Curitiba/PR. 2007. Disponível em: 2007. http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cristina_branco.pdf. Acesso em: 09/09/2018

DECRETO N.º 2.494, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998. Regulamenta o **Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96)**. Brasília, 10 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>. Acesso em: 30/09/2018.

FERREIRA, Joanilson. **Formação continuada e seus reflexos na prática dos educadores**. Revista Faculdade Atenas nº15, Núcleo de Iniciação à Ciência, Paracatu MG, 2010. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAS/REVIST2010/15.pdf>. Acesso em: 07/09/2018.

KENSKI, Vani M. **O desafio da Educação a Distância no Brasil**. Juiz de Fora SP, Revista Foco. 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/011.pdf>. Acesso em: 07/09/2018.

LEI GRIÔ NACIONAL. **Lei dos Mestres Griôs é aprovada na Comissão de Cultura da Câmara com grande parte do texto da Lei Griô original** 2014. Disponível em: <http://www.leigrionacional.org.br/2014/11/13/lei-dos-mestres-grios-e-aprovada-na-comissao-de-cultura-da-camara-com-pontos-essenciais-do-projeto-de-lei-grio-original/> Acesso em: 05/01/2019

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em 07/09/2018.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/1/2003, Página 1. Câmara dos Deputados. Brasília - DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18/10/2018.

LEMGRUBER, Márcio. **Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos**. Rio de Janeiro. 14ª Bienal do Livro. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/marcio_lemgruber.pdf. Acesso em 09/09/2018.

MARTINS, Karine, FROM, Danieli A. **A importância da educação a distância na sociedade atual**. Joenvile, SC Assessoritec. 2016. Disponível em: <http://www.assessoritec.com.br/wp-content/uploads/sites/641/2016/12/Artigo-Karine.pdf>. Acesso em 07/09/2018.

PACHECO, Lílian. **Dossiê Pedagogia Griô**. 2016, p.40. Disponível em:

http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/1.%20PACHECO.%20L%C3%ADlian.%20A%20Pedagogia%20Gri%C3%B4_educ%C3%A7%C3%A3o.%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20oral%20e%20pol%C3%ADtica%20da%20diversidade_0.pdf
Acesso em: 05/01/2019

PARECER ÀS EMENDAS AO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº1.176, DE 2011. (e AO PROJETO DE LEI Nº1.786, de 2011, APENSADO). 2011. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F904594ECA99FD181BA4595568195C27.proposicoesWeb1?codteor=1259789&filename=Tramitacao-PL+1176/2011 Acesso em: 05/01/2019

PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor – A formação do professor como Profissional Reflexivo. In: Wengzynski e Tozetto. **A formação continuada face as suas contribuições para a docência** p.05.

RESOLUÇÃO Nº2, DE 1º DE JULHO DE 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior**. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 09/09/2018.

SANTOS, Joceli. **A lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. Secretaria de Educação do Paraná. Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1409-8.pdf>. Acesso em 16/11 2018.

SCHERER, Suely, BRITO, Gláucia. **Educação a distância: possibilidades e desafios para a aprendizagem cooperativa em ambientes virtuais de aprendizagem.** Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial n. 4/2014, p. 53-77. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe4/0101-4358-er-esp-04-00053.pdf>. Acesso em 07/09/2018.

SILVA, Ana Maria. **A formação contínua de professores: Uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação.** Educação & Sociedade, ano XXI, no 72, agosto/00. Scielo, Revista Eletrônica. São Paulo, SP. Disponível em 08/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4195.pdf>. Acesso em: 09/09/2018.

WENGZYNSKI, Danielle, TOZETTO, Soares. **A formação continuada face as suas contribuições para a docência.** Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 2012. Ponta Grossa, PR. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513>. Acesso em: 09/09/2018.

APÊNDICE

Investigação da aplicação da Lei 10639/2003, no ensino regular.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação Curso de Especialização em Mídias na Educação – Pós-graduação Lato Sensu

Termo de consentimento informado

A pesquisadora Silvia Cristina Domingues Mariano, aluna regular do curso de Especialização em Mídias na Educação – Pós-Graduação lato sensu promovido pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS, sob orientação do Professor Roberto Franciscatto, realizará a investigação da aplicação da Lei 10639/2003, no ensino regular, junto a professores e coordenadores pedagógicos no período de 25/ à 30 de agosto de 2018. O objetivo desta pesquisa é conhecer a realidade da aplicação da Lei 10639/2003, no ensino regular e desenvolver um protótipo de curso em EAD de Formação Continuada de Professores, de Educação para a Diversidade Racial (com ênfase na Lei 10.639/2003).

Os (As) participantes desta pesquisa serão convidados(as) a tomar parte da realização do questionário formulado na ferramenta de formulário do Google. Que será distribuído por meio de grupos fechados através de *software* de mensagem (WhatsApp).

Os dados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético. Não serão mencionados nomes de participantes e/ou instituições em nenhuma apresentação oral ou trabalho acadêmico que venha a ser publicado. É de responsabilidade do(a) pesquisador(a) a confidencialidade dos dados.

A participação não oferece risco ou prejuízo ao participante. Se, a qualquer momento, o(a) participante resolver encerrar sua participação na pesquisa, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo ou constrangimento.

A pesquisadora compromete-se a esclarecer qualquer dúvida ou questionamento que eventualmente os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (51) 999033962 ou por e-mail – silviacmariano@gmail.com.

1. Qual sua função na escola?

Professor (a) regente

Supervisor escolar

Orientador escolar

Outros

2. No caso de outro, qual a função?

3. Você trabalha em Escola

Privada ou Pública

4. Caso professor regente: (Marque todas que se aplicam).

Educação Infantil

1º ano Séries Iniciais

2º ano Séries Iniciais

3º ano Séries Iniciais

4º ano Séries Iniciais

5º ano Séries Iniciais

5. Professor Ens. Fund. Séries Finais e Ens Médio (Marque todas que se aplicam).

6º ano 7º ano 8º ano 9º ano - 1º ano 2º ano 3º ano

Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Literatura, Ed. Artística, Ed. Física, Matemática, Ensino Religioso, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Sociologia, Filosofia,

6. Sua carga horária semanal é de:

20h

30h

40h

60h

7. Em quantas escolas você trabalha?

1

2

3

4

8. Há quanto tempo exerce atividade no âmbito escolar?

1 a 5 anos

6 a 10 anos

11 a 15 anos

16 a 20 anos

21 a 25 anos

Mais de 26 anos

9. Você considera importante trabalhar a Lei 10639/2003, que propõe o trabalho das culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar?

Sim

Não

Talvez

10. Você já trabalhou a Lei 10639/2003, que propõe o trabalho das culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar?

Sim

Não

11. Se você trabalhou a Lei 10639/2003, partiu de quem a iniciativa?

Do setor pedagógico da escola

De um professor engajado no estudo e aplicação da Lei

De você, porquê sabe da importância da Lei

12. Caso você trabalhe a aplicação da Lei 10639/2003, com qual frequência?

Toda a vez que há a possibilidade de fazer referência dentro do conteúdo

Em datas comemorativas do Calendário Afro brasileiro e Indígena

Apenas uma vez no ano

13. Você já participou de alguma formação para ajudar a compreender a aplicação da Lei 10639/2003?

Sim

Não

Figura 15 - Formulário de aplicação da Investigação

Investigação da aplicação da Lei 10639/2003, no ensino regular.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação
Curso de Especialização em Mídias na Educação - Pós-graduação Lato Sensu

Termo de consentimento informado

A pesquisadora Silvia Cristina Domingues Mariano, aluna regular do curso de Especialização em Mídias na Educação - Pós-Graduação lato sensu promovido pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - CINTED/UFRGS, sob orientação do(a) Professor(a) Roberto Franciscatto, realizará a investigação da aplicação da Lei 10639/2003, no ensino regular, junto a professores e coordenadores pedagógicos no período de 25/ à 30 de agosto de 2018. O objetivo desta pesquisa é conhecer a realidade da aplicação da Lei 10639/2003, no ensino regular e desenvolver um protótipo de curso em EAD de Formação Continuada de Professores, de Educação para a Diversidade Racial (com ênfase na Lei 10.639/2003).

Fonte: https://docs.google.com/forms/d/1sMwdyY-D6dFPskkAiiSxecZzIgyg_VdamjIWq326Js/edit